

“A escuta das vozes dos aprendizes”: A História Oral como possibilidade de análise da formação profissional do menor aprendiz no Brasil durante século XX

Alex Branga¹
Prof^a Dr^a Samara Mendes Araújo Silva²

Resumo

Esta comunicação decorre de uma pesquisa de mestrado em andamento que analisa a história do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na Cidade de Brusque, em Santa Catarina, entre os anos de 1957 e 1999. Neste trabalho, nos propomos buscar refletir sobre as contribuições teórico-metodológicas da História Oral para a pesquisa em História da Educação, especialmente no campo da formação profissional, com ênfase no tocante à memória da formação do chamado menor aprendiz, jovens de 14 a 18 anos contratados em regime especial de trabalho-educação. Partindo da investigação da trajetória institucional do SENAI de Brusque/SC, discute-se a História Oral como estratégia de produção, coleta, organização e análise de fontes orais, uma estratégia que permite incorporar à pesquisa acadêmica as experiências vividas, as lembranças pessoais e os sentidos construídos ao redor da formação profissional dos jovens aprendizes. Esse procedimento evidencia, ainda, de que maneira esses sujeitos experienciaram os diversos processos de ensino e trabalho e de que forma tais vivências repercutiram, de modo significativo, em suas trajetórias individuais e coletivas. A História Oral, conforme apontado por Thompson (1992), consiste em uma prática que democratiza o conhecimento histórico ao incorporar as vozes dos sujeitos comuns, atribuindo centralidade à experiência vivida e à memória como fonte. Já as contribuições de Pollak (1992) auxiliam na compreensão da memória como construção social, marcada por disputas, esquecimentos e seleções, o que exige do pesquisador um olhar atento às relações entre identidade, narrativa e poder. Dessa maneira, a História Oral permite apresentar os silêncios dos registros documentais e imagéticos e acessar dimensões subjetivas no que se refere às práticas educativas. Nesse sentido, a escuta atenta das vozes dos aprendizes configura-se não apenas como instrumento metodológico fundamental, mas também como gesto de valorização de saberes e experiências formativas, pessoais e educativas que, ao longo do tempo, foram historicamente silenciadas, esquecidas ou simplesmente relegadas a segundo plano.

Palavras-chave: Educação Profissional; Menor Aprendiz; SENAI; Brusque/SC; História da Educação.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR) e bolsista CAPES. E-mail: alex.branga@gmail.com.

² Doutora em Educação Brasileira pela UFC - Ceará com bolsa de pesquisa FAPEPI/UESPI. Professora Adjunto C do Curso de Pedagogia da UFPR - Paraná e da Linha História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR. E-mail: samaramendes1977@gmail.com.

Introdução

A História da Educação nos permite reconstruir o passado a partir de análises críticas sobre a formação educativa e instrucional dos sujeitos históricos inscritos em contextos históricos específicos, o que possibilita compreender ações no campo da educação, suas continuidades e mudanças. Para além de uma análise diversificada de fontes históricas, é preciso estar atento ao contexto social, cultural, político e econômico que permeia a sociedade analisada.

Essa compreensão também encontra lugar nas relações de trabalho e educação ao longo dos anos. Percebida em fases, conforme aponta Santos (2000, p. 215), a formação de mão de obra no Brasil, a partir de 1930³, encontra um direcionamento com a industrialização do país e uma busca elevada por trabalhadores capacitados.

Um período relevante para a Educação Profissional, ao longo do século XX, é o Governo de Getúlio Vargas (1937-1945), momento marcado por uma disputa pelo ensino industrial, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 261) de um lado estava o Ministério da Educação e Saúde, na figura do Ministro Gustavo Capanema e do outro, representando os interesses dos industriais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Essa divergência configurava-se como uma disputa entre projetos de formação distintos: enquanto o Ministério defendia uma formação centrada no ambiente escolar, buscando aliar teoria e prática por meio de estágios, a CNI defendia um modelo concentrado na experiência direta do "chão da fábrica". Para os industriais, a qualificação deveria ser regida pela lógica prática, do "aprende-se na prática", priorizando a imersão imediata no sistema produtivo para suprir a necessidade urgente de mão de obra da nascente indústria brasileira.

O resultado culminou em dois sistemas, a instituição da Lei Orgânica de Ensino Industrial, em 30 de janeiro de 1942 e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) a partir do Decreto nº 4048/42 assinado em 22 de janeiro de 1942. Entretanto, o SENAI passa a se estabelecer pelo país conforme a realidade local e a necessidade específica de mão de obra para cada região.

Este trabalho decorre de pesquisa de mestrado em andamento que analisa a implantação e desenvolvimento do SENAI na cidade de Brusque, em Santa Catarina, no período de 1957 a

³ A partir de 1930, Vargas centralizou a gestão educacional com o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. A medida rompeu com a descentralização do Império que, pelo Ato Adicional de 1834, transferira a responsabilidade do ensino às províncias. Essa antiga autonomia provincial resultava em profundas discrepâncias organizacionais e de investimento educacional entre as regiões do país (Silva, 2017).

1999. Brusque vivenciou um intenso desenvolvimento industrial, notadamente nos setores têxtil, metalmecânico e de vestuário, que impulsionou a necessidade de uma base formativa local.

Durante a referida pesquisa, um sujeito que aparece é o *menor aprendiz*⁴, que eram naquele contexto histórico das décadas de 1950 e 1990, jovens de 14 a 18 anos contratados em regime especial de trabalho-educação. Na primeira fase da pesquisa, a partir das fontes históricas analisadas, como jornais e fotografias, foi possível extrair relevantes informações quanto à sua formação profissional, entretanto, sempre sobre o olhar da instituição e do empresariado industrial brusquense. Assim, ao se propor buscar a utilização de fontes orais na segunda fase desta pesquisa, se pretende obter conhecer os sujeitos históricos que estavam atuando no chão das fábricas de Brusque, especialmente aqueles que ingressaram na categoria de menor aprendiz, este grupo de sujeitos que teve parcela importante de seu processo de escolarização concomitante ao processo de profissionalização, e, muitas vezes no mesmo espaço físico.

Nesse sentido, ambicionamos que a lacuna detectada na primeira fase da pesquisa, no que se refere às experiências de formação – tanto educativas quanto profissionais – vividas pelo menor aprendiz no chão de fábrica, possam ser supridas, encontrando na História Oral uma estratégia metodológica para preencher vazios deixados pelas fontes e pelos documentos analisados.

Portanto, o objetivo central deste trabalho é discutir a História Oral como a possibilidade metodológica capaz de complementar a pesquisa documental. Argumentamos que teórico-metodologicamente é essencial para superar os silêncios das fontes escritas e imagéticas, e, acessar a memória da formação do menor aprendiz. A escuta atenta das vozes se configura, assim, como um gesto para compreender a formação profissional e capturar as táticas dos sujeitos frente às estratégias institucionais.

O SENAI de Brusque/SC e o menor aprendiz em meio às estratégias e táticas

⁴ Com o Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), artigo 80, surgiu a definição de menor aprendiz, qualificando o trabalhador de 14 a 18 anos em formação metódica. Atualmente, conforme o art. 428 da CLT, a idade abrange jovens de 14 a 24 anos, mantendo-se o regime de contrato especial e a exigência de formação técnico-profissional vinculada ao ofício desempenhado.

Em 1957, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI implantou no centro da cidade de Brusque/SC uma Agência de Treinamento⁵. Não sendo detentora de um espaço próprio, a mesma utilizava a indústria como espaços de formação, alguns improvisados e outros estruturados com salas de aula, também chamados de Centro de Treinamento.

Essa realidade sofreu duas significativas alterações. A primeira, quando em 1971 é inaugurado o Laboratório de Fiação e Tecelagem (LAFITE) com seu próprio Centro de Treinamento Têxtil, localizado na Avenida Primeiro de Maio, em Brusque/SC, na qual, a partir desse momento, além de continuar utilizando os espaços das empresas, o SENAI passou a contar com uma infraestrutura própria. E a segunda, consiste na construção da Escola Técnica Metalmeccânica, inaugurada em 1988, em que o SENAI passa a ofertar o curso de Nível Técnico em Mecânica, o que possibilitou expandir suas ações de formação.

Uma das áreas de atendimento do SENAI é a orientação para a formação do menor aprendiz. Sob a supervisão de um profissional da indústria, o aprendiz recebia instruções práticas diretamente no ambiente de trabalho, que se alinhavam aos padrões estabelecidos pelo SENAI, sendo-lhe garantido como remuneração, o valor correspondente a meio salário mínimo vigente no país (Zen, 1999).

Aliado à qualificação no chão da fábrica, o menor aprendiz recebia aulas de instrução básica, que consistia em aulas teóricas. Estas abrangiam um currículo da educação básica incluindo Português, Matemática, História, Geografia, Conhecimentos Gerais e Desenho, e eram ministradas por instrutores previamente contratados e capacitados pelo SENAI. Contudo, o pagamento desses instrutores ficava por conta da empresa empregadora (O Município, 1970; Zen, 1999).

O que as fontes históricas revelam (até esta fase da pesquisa), é que a chegada e o desenvolvimento do SENAI no município de Brusque/SC se configura como uma ferramenta estratégica na mão dos industriais para a formação de mão de obra qualificada, de forma prática e rápida, e também para controle do movimento operário, visto as greves ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, especialmente nas fábricas do setor têxtil.

Michel de Certeau (1994, p. 46) diz: “Chamo de ‘estratégia’ o cálculo de relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável em um ‘ambiente’”. Portanto, as estratégias são ações elaboradas por grupos ou instituições com poder, para moldar e controlar espaços e comportamentos.

⁵ A Agência de Treinamento caracteriza-se como uma unidade que organiza e executa programas de formação profissional em cooperação com empresas locais, visando à qualificação de mão de obra imediata.

Essa estratégia fica evidente durante a análise dos manuais elaborados pela Agência de Treinamento do SENAI de Brusque/SC, em 1970, para a formação do aprendiz, intitulados: “Manual do Fiandeiro de Algodão” e “Manual do Tintureiro Industrial”. O direcionamento do comportamento do aprendiz dentro da indústria vai além dos requisitos técnicos de atuação da profissão, moldando um perfil ideal de trabalhador aos olhos da instituição e do empresariado.

1 - Ingressando em qualquer empresa Você passa a fazer parte de uma outra grande família - a do trabalho. Viva bem dentro dela pois Você é uma parte integrante desta harmoniosa família.

2 - Você na empresa que irá trabalhar pode fazer seu próprio futuro. Esteja convencido que o seu sucesso depende exclusivamente de você. Numa organização é o próprio empregado que se promove pelo seu mérito, dedicação, lealdade, sinceridade, persistência, boa produção, constantes estudos e sobretudo das boas relações humanas no trabalho (SENAI, 1970, p.19).

Portanto, o empregado desejado é aquele que respeita, e dificilmente questiona, já que está em uma “família”, o que sempre está se capacitando, para entregar um serviço melhor, ou ainda, conforme informado no Manual do Fiandeiro de Algodão, o trabalhador cuidadoso que preza pela sua segurança, já que ele provém o sustento da família e um acidente afetaria seus recursos financeiros, além de prejudicar a produção.

De contrapartida, o SENAI de Brusque/SC também se configura como uma instituição de oportunidade para o trabalhador, uma resposta desse elo mais fraco no campo do poder, uma vez que o trabalhador se utiliza da astúcia mediante a ferramenta de controle para seu desenvolvimento e ascensão profissional, o que claramente Certeau (1994) define como tática.

Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. Tem sempre que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’ (Certeau, 1994, p. 47).

Essa via, da qual chamamos de oportunidade, aparece no Jornal *O Município* (1988, p. 11), em comemoração ao *Dia do Trabalho*, as empresas Renaux parabenizaram seus funcionários com vários anos de trabalhos prestados, e na descrição de cada um, podemos

perceber que alguns iniciaram sua trajetória profissional com *14 anos de idade*, na *função de aprendiz*, e conforme os estudos, trabalho desempenhado e o tempo, subiam de cargo. Obviamente não podemos afirmar que estas oportunidades eram direcionadas ou aproveitadas por todos. Por enquanto, as fontes documentais nos apontam que há indícios da sua presença.

Os manuais dos aprendizes, as fotografias e os jornais, embora fundamentais, raramente capturam a dinâmica da sala de aula, a relação com os mestres, a vivência da fábrica e as expectativas e frustrações dos jovens aprendizes. A História da Educação, ao se propor a reconstruir o passado formativo, possibilita o preenchimento dessas lacunas, buscando dimensões subjetivas no que se refere às práticas educativas e à experiência no mundo do trabalho.

A formação do menor aprendiz da indústria, em Brusque/SC, se desenvolve em meio às estratégias dos industriais, que utilizam o SENAI para moldar o perfil do trabalhador ideal e disciplinado. E, o próprio aprendiz recorre à tática ao se apropriar da qualificação oferecida como um instrumento de ascensão social e profissional. Contudo, a pesquisa documental, até o presente, nos apresenta apenas um lado da qualificação, aquele segundo a instituição e o empresariado. Já as experiências de apropriação do menor aprendiz, quanto sua formação, só podem ser acessadas através da Memória. É neste ponto que a História Oral se estabelece como a estratégia teórica-metodológica.

Conforme apontado por Thompson (1992, p. 26), na História Oral há uma mudança de foco conforme o interesse de uma pesquisa. Nesse sentido, o historiador da educação busca ir além do registro normativo para compreender as experiências dos alunos. Este enfoque permite reconhecer os jovens aprendizes como sujeitos históricos, cuja vivência e cujas memórias são fontes ricas e diversificadas de uma temporalidade histórica inscrita num contexto histórico complexo e matizado pelas contradições explícitas e implícitas das fábricas que compunham os arranjos produtivos locais em Brusque nas diferentes décadas do século XX.

História Oral: uma possibilidade de análise da formação do menor aprendiz

Para além das fontes documentais e dos registros oficiais, a História Oral se apresenta em uma possibilidade de constituir novas fontes em que as lembranças pessoais, experiências vividas e sentidos atribuídos à formação profissional do menor aprendiz possam passar a integrar a análise acadêmica da história da formação profissional do SENAI na cidade de Brusque/SC. Ao incorporar essas *vozes*, a narrativa histórica amplia seu horizonte interpretativo

e oferece um olhar atento àqueles sujeitos históricos que, muitas vezes, foram deixados de lado ou silenciados.

Segundo Paul Thompson (1992, p. 28), ao incluir novos sujeitos e perspectivas, “a história se torna mais democrática”. Nesse sentido, a metodologia da História Oral apresenta-se como uma resposta à necessidade de pluralizar e democratizar a produção do conhecimento histórico. Mais do que produzir entrevistas que podem se transformar em documentos orais, Freitas (2006, p.18), afirma que a História Oral constitui um método de pesquisa que se vale da entrevista e de outros procedimentos articulados entre si para registrar narrativas relacionadas às experiências e vivências humanas.

Essa definição demonstra tanto a complexidade quanto o rigor inerentes à produção de evidências orais, mostrando que a coleta de narrativas demanda um conjunto articulado de etapas cuidadosamente planejadas. Trata-se de um processo que exige atenção metodológica e rigor teórico contínuos, de modo a assegurar a integridade e a ética que orientam toda a investigação. Nesse sentido, Meihy e Holanda (2015, p. 15) destacam que:

História Oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Pensar em reunir um grupo de ex-aprendizes do SENAI de Brusque/SC parece ser um tanto desafiador, entretanto, qual pesquisa não é desafiadora? Para Thompson (1992, p. 137), “a evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”.

Dessa forma, o pesquisador que adota a História Oral não apenas coleta testemunhos, mas constrói, junto aos narradores, um espaço de produção de sentido. Trata-se, portanto, de uma metodologia que ultrapassa a simples recuperação da memória, pois permite compreender a articulação entre as experiências pessoais e os contextos sociais mais amplos.

A reconstrução do passado, no contexto da História Oral, não é um ato solitário, mas um processo intrinsecamente ligado à dimensão coletiva da memória. Conforme argumenta Freitas (2006, p. 66), a validação e a própria emergência das lembranças individuais dependem

da integração do sujeito em um grupo social que compartilha suas experiências, é a partir do grupo que se sustentam as lembranças.

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (Thompson, 1992, p.44).

Se, por um lado, as lembranças emergem e ganham significado no interior de um grupo social, por outro, é justamente essa dimensão experiencial única que confere à História Oral sua potência interpretativa. E, é essa experiência pessoal e única, resultante das *impressões* de quem esteve junto e vivenciando os acontecimentos históricos que Thompson (1992) valoriza na construção histórica, por não poder ser obtida em nenhum outro tipo de fonte.

Por isso, é preciso entender o valor da entrevista em História Oral para além de uma mera confirmação dos dados contidos em outros tipos de fontes analisadas anteriormente. Thompson (1992) afirma que a divergência entre o relato oral e o documento escrito não invalida nenhuma das fontes, mas frequentemente representa dois pontos de vista distintos que, quando analisados em conjunto, fornecem pistas essenciais para que se possa acionar uma interpretação e crítica histórica mais profunda do fato histórico em análise.

A autenticidade das informações é avaliada não pela confirmação direta dos fatos, mas sim pela capacidade do historiador experiente em inserir a narrativa em um contexto mais amplo. Esse processo exige um conhecimento prévio do local, da época e da classe social do entrevistado, permitindo que o pesquisador julgue a coerência da entrevista como um todo, validando-a como um testemunho legítimo da experiência vivida (Thompson, 1992, p. 307).

Enquanto Thompson enfatiza a experiência e o potencial democrático da História Oral, Pollak (1992) destaca que a memória não é um repositório neutro de lembranças, mas sim uma construção social e política.

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

Considerando o cenário de instalação do SENAI na cidade de Brusque/SC ocorrido em fins da década de 1950, a inclusão de sujeitos idosos nas pesquisas de História Oral é de fundamental importância, pois essas pessoas detêm a memória de experiências sociais e transformações históricas que abarcam longos períodos de atuação daquela instituição na cidade catarinense, além de conhecer a forma de atuação e formação do menor aprendiz nas fábricas na cidade. Contudo, o trabalho com a memória de sujeitos de idade avançada exige do pesquisador um rigor metodológico ainda mais específico, ético e cuidadoso, uma vez que, conforme aponta Freitas (2006, p. 60), o processo de envelhecimento tem implicações biológicas sobre o corpo do ser humano que pode acarretar a deterioração do sistema nervoso central, afetando primariamente a recordação de eventos recentes, e, para além disso as implicações emocionais e psicológicas devem ser ponderadas e consideradas ao abordar pessoas idosas para realizar processos de entrevistas que, em geral, acessem e mobilizem emoções.

Tal peculiaridade durante o processo de obtenção do(s) relato(s), no entanto, não invalida a fonte oral, mas deve orientar eticamente a abordagem do pesquisador para a obtenção da mesma. O fato de a memória de longo prazo geralmente permanecer mais estável permite que o historiador confie na validade das lembranças relacionadas ao período focal da pesquisa. Essa estabilidade da memória remota reforça o valor do depoimento, que se concentra na experiência vivida e na formação da identidade profissional. Portanto, a chave não está em duvidar da fonte, mas em reconhecer a memória como um processo dinâmico e seletivo.

Pollak (1992) nos lembra que a memória é socialmente construída, não é um reflexo do passado, mas uma construção do presente, seletiva e ligada à identidade. O que o narrador escolhe lembrar ou esquecer está intimamente ligado aos grupos sociais aos quais pertence, ou pertencia, e às suas identidades presentes, como a de um ex-aluno ou um trabalhador aposentado.

Essa concepção de Pollak (1992) implica compreender a memória dos menores aprendizes do SENAI não apenas como relato do vivido, mas como uma narrativa que revela as disputas simbólicas e os processos de seleção, esquecimento e legitimação. O trabalho do

historiador com fontes orais exige, portanto, um olhar analítico sensível às relações entre memória, identidade e poder.

Diante dessa perspectiva crítica, o pesquisador deve interpretar os silêncios, os lapsos e as narrativas padronizadas como vestígios das relações de poder que atuaram sobre as experiências do entrevistado. A escuta das vozes dos menores aprendizes, nesse sentido, não busca simplesmente registrar lembranças, mas entender como esses sujeitos históricos constroem sentidos sobre a formação profissional e o mundo do trabalho, inserindo-se nas dinâmicas históricas de um tempo e de um lugar.

Considerações finais

A análise da trajetória do SENAI em Brusque/SC, entre 1957 e 1999, revela que a instituição desempenhou um papel central na formação do menor aprendiz, alinhada às demandas dos setores têxtil, metalmeccânico e de vestuário. No entanto, a documentação escrita e imagética constante nos registros institucionais (SENAI/Brusque, SENAI/Florianópolis, Museu Casa de Brusque, Centro de Memória do Centro Universitário de Brusque, etc.) contam apenas uma parte dessa história: a das estratégias patronais, que buscavam moldar um trabalhador disciplinado e eficiente. Essa narrativa, embora fundamental para compreender a estrutura da educação profissional na cidade de Brusque/SC, tende a silenciar a experiência subjetiva e as apropriações individuais daqueles que foram o alvo dessas políticas: os menores aprendizes.

Diante dessa lacuna historiográfica, a História Oral emerge não apenas como uma técnica de coleta de dados, mas como uma possibilidade metodológica indispensável. Ao propor a escuta atenta das vozes desses ex-aprendizes, a pesquisa se compromete a acessar uma dimensão da realidade que escapa aos arquivos escritos: a das táticas cotidianas, das resistências sutis e dos sentidos pessoais atribuídos à formação. É nesse espaço de memória que se pode observar como a norma institucional foi vivida, negociada e, muitas vezes, ressignificada pelos jovens trabalhadores.

A fundamentação teórica reforça a necessidade de tratar a memória como um campo de disputa social e construção de identidade. Ao invés de buscar uma "verdade" factual pura, a análise das narrativas orais permitirá compreender como a identidade do trabalhador foi construída na relação entre educação e trabalho e a busca por autonomia e ascensão social. Esse

olhar crítico sobre a memória ilumina não só o passado individual, mas as dinâmicas de poder que estruturaram a sociedade brusquense no período.

Portanto, a incorporação das fontes orais a este estudo representa um esforço de democratização do conhecimento histórico. Ao deslocar o foco das estruturas institucionais para a experiência vivida, a pesquisa confere visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados nos registros oficiais. O menor aprendiz deixa de ser apenas um número estatístico ou um objeto de intervenção pedagógica para se tornar um sujeito histórico, dotado de experiências e capaz de narrar sua própria trajetória no mundo do trabalho.

Por fim, a articulação entre a análise documental e a História Oral oferece um caminho promissor para uma compreensão mais densa e plural da História da Educação Profissional. Ao escutar as vozes dos aprendizes, não se pretende apenas preencher vazios informativos, mas humanizar a história da industrialização em Brusque/SC, reconhecendo que por trás das máquinas e dos manuais e normas existiam jovens cujas vidas, sonhos e desafios também construíram o tecido histórico-social e econômico da região.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial, 24 jan. 1942a. Seção 1, p. 1231. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei no 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm> Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro: , 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

O MUNICÍPIO. **Aperfeiçoamento Técnico Industrial nas Empresas RENAUX**. Jornal *O Município*. Brusque, abr. 1970.

O MUNICÍPIO. **Renaux Tributa Homenagem a Empregados Jubilados**. Jornal *O Município*. Brusque, mai. 1988.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional**. In: Lopes, et al (org.). 500 anos de educação no Brasil. 2a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Renan Antônio. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil. **Trilhas Pedagógicas**, v. 7, n. 7, p. 291-304, ago. 2017.

SENAI. **Manual do Fiandeiro de Algodão**. Brusque: Agência do SENAI, 1970.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZEN, José. **SENAI: 25 anos fazendo história em Brusque**. Brusque: Ágora, 1999.